

porque os dados inseridos não exigem uma actualização constante.

Título da página electrónica: **Ministério da Justiça português**

Endereço: <http://www.mj.gov.pt/>

O Ministério da Justiça português melhorou bastante a sua página electrónica desde da tomada de posse do actual Ministro, que demonstrou uma maior sensibilidade para a importância deste meio de informação electrónico. A nova página passou a incluir informação muito mais relevante, quer para os cidadãos, quer para os profissionais que procuram dados qualitativos e quantitativos sobre as actividades dos serviços de justiça ou sobre os processos de reforma planeados ou em curso (propostas de lei, resultados de relatórios, discussão pública, etc.).

A informação relativa à rede de tribunais, serviços de notariado, conservatórias e de registos é particularmente útil aos cidadãos, assim como a relativa à forma de concessão de apoio judiciário. Neste domínio, falta ainda disponibilizar *online* os respectivos formulários, de modo a que os cidadãos possam dirigir-se às instituições já com a documentação necessária ou mesmo tratar dos assuntos por via electrónica. Apenas se podem efectuar queixas electrónicas sobre os vários serviços dependentes do Ministério da Justiça, facto que significa, desde já, um passo no caminho da modernização e transparência dos serviços públicos.

No relativo à informação de especial importância para investigadores, o Ministério da Justiça ainda não disponibiliza electronicamente todos os estudos que apoia ou encomenda, e que estão na base de algumas leis entretanto propostas ou aprovadas. As ligações que disponibiliza através da sua página electrónica são essencialmente de entidades oficiais nacionais e internacionais na área da justiça. As ligações a bases de dados e bibliotecas são mais interessantes, embora sejam apenas nacionais. A informação estatística publicada pelo Ministério encontra-se, igualmente, disponível para

consulta na página electrónica, sendo uma fonte de grande valor para quem realiza estudos na área da Sociologia do Direito. A partir da página do Ministério da Justiça é possível, no entanto, aceder à informação disponibilizada pelos vários serviços que esta entidade tutela.

A página electrónica é de fácil acesso e está construída de uma forma simples, permitindo uma rápida consulta. A informação é actualizada com regularidade e os serviços de resposta às solicitações por via electrónica são relativamente rápidos. Se passar a disponibilizar mais informação de base como formulários, leis, relatórios e outros estudos, à imagem da página electrónica do Ministério da Justiça francês, a sua importância aumentará bastante, tornando-se uma ferramenta indispensável para todos os investigadores.

Título da página electrónica: **Ministério da Justiça francês**

Endereço: <http://www.justice.gouv.fr/>

O Ministério da Justiça francês proporciona aos *navegadores* um *site* de grande qualidade, com bastante e diversificada informação. O acesso é não só recomendado aos cidadãos em geral que procuram informar-se sobre leis ou ter acesso a formulários, mas também aos investigadores que desejam encontrar as mais diversas informações sobre as reformas judiciais (incluindo os debates e os relatórios elaborados a propósito), a organização judiciária, as estatísticas judiciais, a legislação existente ou proposta, os serviços existentes no Ministério, os concursos públicos, as publicações, entre outra informação disponibilizada.

Destaque-se, no âmbito das publicações, o papel desempenhado pela Mission de Recherche Droit et Justice (na sua colecção *Droit et Justice*), pelo Groupement Européen de Recherche Sur les Normativités (na sua colecção *Editions l'Harmattan*) ou pelo Centre de Recherches Sociologiques sur le Droit et les Institutions Pénales (na sua colecção *Déviance/CESDIP*), todos apoiados pelo Ministério da Justiça e pesquisáveis

neste *site*. A juntar-se a estas instituições, temos ainda as publicações dos restantes organismos dependentes do Ministério da Justiça e que publicam os relatórios de actividade, facilitando a pesquisa de todos os investigadores interessados.

A pesquisa é fácil e o *site* é actualizado diariamente. A informação disponibilizada demonstra um esforço de modernização e transparência dos serviços públicos, neste caso da justiça. A sua consulta é essencial aos investigadores que necessitem de informações sobre a justiça francesa, numa perspectiva multidisciplinar.

Título da página electrónica: **Lord Chancellor's Department**

Endereço: <http://www.open.gov.uk/lcd/lcdhome.htm>

O Lord Chancellor's Department (LCD) é a entidade governamental britânica encarregada de assegurar uma administração da justiça eficiente e com qualidade no País de Gales e na Inglaterra. A gestão dos recursos humanos e do sistema de apoio judiciário são outras duas tarefas levadas a cabo pelo LCD.

No entanto, uma das principais missões do LCD é desenvolver estudos na área da justiça com o objectivo, não só de avaliar o sistema judicial e coligir dados e informações essenciais, mas igualmente de propor novos caminhos de reforma. Deste modo, elabora relatórios sobre as mais diversas áreas, através do Judicial Studies Board e de encomendas a universidades e centro de investigação, que depois divulga para iniciar um período de discussão pública. A página electrónica disponibiliza, assim, um manancial de informação bastante grande, essencial para quem deseja conhecer o sistema judicial britânico ou aceder electronicamente aos mais variados serviços e entidades judiciais. As ligações a páginas electrónicas de interesse são boas, embora se confinem essencialmente ao espaço geográfico das ilhas britânicas.

A página proporciona um acesso fácil, ainda que a informação não esteja devida-

mente organizada. Esta limitação poderá estar relacionada com a enorme quantidade de informação que a página contém, situação que poderá dificultar a sua arrumação por temas. A actualização da informação parece ser constante.

Título da página electrónica: **Revue Droit et Societé**

Endereço: <http://www.reds.msh-paris.fr/revue/revue.htm>

A revista *Droit et Societé*, fundada em 1926 por Hans Kelsen, Léon Duguit e Franz Weyr, disponibiliza o acesso às revistas editadas com grande facilidade. Os primeiros dez números da nova série, editada a partir de 1985, são de acesso gratuito. As seguintes disponibilizam sumários detalhados dos artigos, o que permite ter uma ideia muito boa do seu conteúdo.

Cada número da *Droit et Societé* é dedicado a um tema mais específico, constituindo assim um dossier. Existe também uma rubrica denominada *Recherche et Justice*, destinada à publicação de artigos resultantes de investigações apoiadas pelo Ministério da Justiça francês. A revista inclui ainda duas outras rubricas: *Études*, destinada à publicação de investigações recentes, e *Nouvelles du Monde*, que procura informar sobre as principais actividades que acontecem pelo mundo na área da Sociologia do Direito.

Através desta página, é ainda possível aceder à colecção de livros *Droit et Societé*, que possui uma grande diversidade de publicações na área da Sociologia do Direito. Esta colecção é fácil de encomendar e pode-se consultar os índices das obras em causa.

O acesso a esta página electrónica é fácil. A informação que contém é bastante específica e limitada aos conteúdos da revista e da colecção de livros, no entanto, sendo uma revista de referência, a sua consulta por investigadores que procurem informações nesta área é essencial.